

eleições
2014

Presidente reeleita comemora a vitória falando em união e em plebiscito para fazer as mudanças que os brasileiros exigem

Diálogo e reforma política têm destaque na reeleição de Dilma

Reeleita com diferença de apenas três pontos percentuais sobre a chapa composta pelos senadores Aécio Neves e Aloysio Nunes Ferreira, Dilma Rousseff acredita que a eleição apertada pode significar mudanças mais rápidas. Entre os desafios da Presidência para os próximos quatro anos, senadores governistas e da oposição ressaltam, além da reforma política, o controle da inflação, o crescimento econômico e o relacionamento com o Congresso. **3**



Em discurso após o resultado das eleições, no domingo, Dilma falou em disposição de abrir-se ao diálogo para alcançar consensos que ajudem o país a avançar

Marcos Oliveira/Agência Senado

Renan sugere aprovação da reforma seguida de referendo



O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem em nota que, apesar dos tensionamentos do processo eleitoral, “venceu a democracia”. Ele defendeu “a superação das divergências” e reiterou o apoio a uma reforma política. Para ele, o melhor caminho é aprovar a mudança no Congresso Nacional e submeter a decisão a um referendo popular.

Nota da Presidência do Senado

As eleições de 2014 entrarão para a história brasileira com uma das disputas mais acirradas e combativas desde a redemocratização. Mesmo com tantos tensionamentos, venceu a democracia, e o pleito foi marcado pela ordem e respeito aos resultados.

Apuradas as urnas, é prudente que todos os brasileiros e brasileiras, notadamente os homens públicos, reflitam sobre a humilde convocação feita pela presidente reeleita em torno da conciliação nacional.

Eleição não tem 3º turno e, portanto, devemos seguir em frente nesse propósito de união nacional pelo bem do país, como também defendeu elegantemente o senador Aécio Neves, candidato da oposição.

De minha parte, como presidente do Senado Federal, defendo a superação das divergências e também reitero minha defesa pela reforma política, como o fiz desde sempre e, em especial, em 2013, após as manifestações cívicas.

Por se tratar de uma unanimidade estática, onde todos são favoráveis, mas que nunca prospera, devemos mesmo recorrer à força transformadora da sociedade.

Entendo, entretanto, que o melhor caminho é o Congresso Nacional aprovar a reforma — caso contrário, poderá pagar caro pela omissão — e submetê-la a um referendo popular, como fizemos na proibição de venda de armas e munições.

Um dos maiores recados dados aos governantes nas ruas em 2013 e, agora nas eleições gerais de 2014, foi que a sociedade está atenta, madura e exigindo ser ouvida com mais assiduidade e mais respeito. A sociedade exige mudanças, mas também deseja ser protagonista nesse processo.


Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Segundo turno redefine as bancadas do Senado a partir de fevereiro **2**


Especial Cidadania mostra o novo perfil dos servidores públicos no Brasil **4 e 5**

CPI Mista da Petrobras cancela depoimento do doleiro Alberto Youssef **7**

Duas medidas provisórias trancam a pauta de votações do Plenário **8**



Conheça a nova **Ordem do Dia**.
Agora com novo leiaute. Mais simples, econômico e fácil de usar.
Além do novo formato impresso reduzido, também é possível obter as demais informações em meio digital. Basta acessar pelo QR Code.



Conheça a **nova** ordem da Casa

Mais informações:
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>
Secretaria de Informação Legislativa
61 3303-3325 / 3303-7279

SENADO FEDERAL

Secom | Publicidade e Marketing

Após resultado do segundo turno das eleições, encerrado domingo, PMDB é confirmado como maior partido da Casa, com 19 senadores a partir de fevereiro, seguido pelo PT, com 12, e pelo PSDB, com 10

Como ficarão bancadas do Senado na nova legislatura

ENCERRADAS AS ELEIÇÕES, o PMDB confirmou a condição de maior bancada no Senado ao somar 19 parlamentares, de um total de 81, na próxima legislatura, com início em 1º de fevereiro de 2015.

Logo em seguida, virá o partido da presidente reeleita, Dilma Rousseff. O PT deve começar a nova legislatura com 12 senadores, número que pode mudar se a atual ministra da Cultura, Marta Suplicy, voltar à Casa (nesse caso, Antonio Carlos Rodrigues, do PR, retorna à suplência).

A terceira bancada será a do PSDB, com dez senadores — dois a menos em relação à atual.

O PSB tem hoje quatro senadores e vai a seis. O partido perdeu uma cadeira com a eleição de Rodrigo Rollemberg para o governo do Distrito Federal, mas obteve vitórias com Romário (RJ), Fernando Bezerra (PE) e Roberto Rocha (MA). Será a quinta maior bancada. A quarta será a do PDT.

Em seguida, virá o DEM, que compensará a saída de Jayme Campos (MT), cujo mandato se encerrará em janeiro, com as chegadas de Ronaldo Caiado (GO) e Davi Alcolumbre (AP). Terá cinco senadores, assim como o PP.

Em sua primeira eleição para o legislativo federal, o PSD, criado em 2011, passará de um para quatro senadores.

Quem mais perdeu cadeiras foi o PTB. O partido, que

integrou a coligação presidencial de Aécio Neves, perderá metade da bancada de seis parlamentares. Mozarildo Cavalcanti (RR), Gim (DF), Epitácio Cafeteira (MA) e João Vicente Claudino (PI) concluem os mandatos em 31 de janeiro de 2015.

O PCdoB perderá um de seus dois senadores, com a saída de Inácio Arruda (CE). Terá apenas um senador, assim como PPS, PRB, Pros, PSOL e SD.

Nova bancada do Senado

Veja o que muda no número de representantes dos partidos*

	ANTES DAS ELEIÇÕES	DEPOIS DAS ELEIÇÕES**
PMDB	19	19
PT**	13	12
PSDB	12	10
PDT**	6	7
PSB	4	6
PP	5	5
DEM	4	5
PR**	4	4
PSD	11	4
PTB	6	3
PCdoB	2	1
PRB, SD, Pros e PSOL	11	1
PPS	0	1

* Considerando os atuais ocupantes dos cargos — titulares e suplentes — e os senadores eleitos em 5 de outubro.
** Se forem considerados apenas os titulares dos cargos, o PT permanece com 13 representantes e o PDT com 6, o PR passa a ter 3 representantes e o PSB, que não consta do quadro, passa a ter 1.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- TERÇA**
- PLENÁRIO Pauta trancada**
14h A ordem do dia está trancada pelas Medidas Provisórias 650/2014, relativa à Polícia Federal, e 651/2014, que reabre o prazo para adesão ao Refis da Crise.
 - CMA Reúso de água**
10h Projeto que concede incentivos fiscais para reúso de água está na pauta da Comissão de Meio Ambiente.
 - CAS Fundações**
10h Na pauta, projeto que permite às fundações recolher contribuição previdenciária com base na receita bruta.
 - CCT Carregadores de celular**
11h Comissão avalia, entre outras propostas, a que trata da padronização dos carregadores de baterias de celular.
 - MEDIDA PROVISÓRIA Aviação regional**
14h30 Reunião da comissão mista que avalia a MP 652/2014, que cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional.

- CMO Diretrizes orçamentárias**
14h30 Comissão pode analisar relatório preliminar do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- CAS Aeronautas**
9h Vota, entre outras, a proposta que modifica a jornada de trabalho do aeronauta e a que trata de cooperativas.
- QUARTA**
- CDR Torneira automática**
9h Proposta que obriga torneiras automáticas em todos os banheiros coletivos pode ser analisada.
- CCJ Imposto sobre remédio**
10h Projeto que proíbe a cobrança de impostos sobre medicamentos consta da pauta de 26 itens da comissão.
- MEDIDA PROVISÓRIA MPs 656 e 657**
14h Instalação de comissões para examinar a MP 656/2014, sobre crédito e desoneração, e a MP 657/2014, que trata da carreira de policial federal.

SESSÃO ON-LINE

- Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
- Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Primeiro suplente de Rodrigo Rollemberg, Hélio José integrará a bancada do PSD na Casa

Eleito governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg (PSB) será substituído pelo primeiro suplente, Hélio José, que é filiado ao PSD e será o quarto senador do partido.

Hélio José de Lima tem 54 anos, é casado e natural de

Corumbá de Goiás (GO). É servidor federal e chegou a concorrer nestas eleições a deputado distrital, quando declarou bens de R\$ 699 mil. Não fez campanha e obteve apenas seis votos.

Quando foi indicado para a

suplência de Rollemberg, em 2010, Hélio José fazia parte dos quadros do PT. Em 2012, migrou para o PSD, que se coligou com o PSB para as eleições no Distrito Federal.

Com a saída de Rollemberg, o PSB passa a ter seis senadores e

será a quinta maior bancada. Já com a chegada de Hélio José, o PSD, que já tinha um senador e elegeu dois no primeiro turno, passa a ter quatro cadeiras no Senado. O PSD, assim, supera o PTB e se iguala ao PR como sétima maior bancada.

No primeiro turno, dois senadores foram eleitos governadores. Wellington Dias (PT), no Piauí, será substituído por Maria Regina Sousa (PT). Pedro Taques (PDT), em Mato Grosso, dará a vaga no Senado a José Antônio Medeiros (PPS).

Nove partidos comandarão os 26 governos estaduais e o DF

Os estados brasileiros serão governados por integrantes de nove partidos, número maior do que o registrado há quatro anos. Em 2010, seis legendas fizeram governadores.

O acréscimo de siglas no poder nos estados segue a tendência de pulverização dos cargos políticos entre as agremiações nas eleições de 2014.

Na Câmara dos Deputados, 28 dos 32 partidos em atividade no Brasil elegeram representantes. O Senado ganhou uma bancada, a do PPS.

Entre os partidos que haviam vencido eleições para governador em 2010, apenas PT e PMDB não sofreram redução no número de estados que comandam.

O PMDB subiu de cinco para sete estados. Além das reeleições de Luiz Fernando Pezão (RJ) — que era vice de Sérgio Cabral e assumiu o governo no início deste ano — e Confúcio Moura (RO), o partido elegeu José Ivo Sartori (RS).



Rodrigo Rollemberg tornou-se governador eleito do Distrito Federal



Pedro Taques foi eleito, no primeiro turno, para governar Mato Grosso



Wellington Dias foi escolhido já na primeira etapa governador do Piauí

Já estavam eleitos em primeiro turno Renan Filho (AL), Paulo Hartung (ES), Jackson Barreto (SE) e Marcelo Miranda (TO).

O PT manteve cinco governadores. Dois deles confirmaram vitória no segundo turno: Camilo Santana (CE) e Tião Viana (AC), reeleito.

No primeiro turno, haviam sido eleitos Fernando Pimentel (MG), Rui Costa (BA) e Wellington Dias (PI).

Dois candidatos do PT à reeleição falharam nas urnas: Tarso Genro (RS) e Agnelo

Queiroz (DF).

O PSDB, que fez oito governadores em 2010, venceu em cinco estados em 2014, sendo quatro reeleições: Simão Jatene (PA) e Marconi Perillo (GO), no segundo turno, e Geraldo Alckmin (SP) e Beto Richa (PR), no primeiro. Completa a lista Reinaldo Azambuja (MS).

O PSB, por sua vez, cairá de seis governadores para três. Paulo Câmara (PE) ganhou no primeiro turno. Rodrigo Rollemberg (DF) e Ricardo Coutinho (PB) venceram

no segundo. Os socialistas tiveram três tentativas à reeleição frustradas: Renato Casagrande (ES), Camilo Capiberibe (AP) e Chico Rodrigues (RR).

O DEM ficou sem eleger governadores pela primeira vez desde a fundação, em 1985, como PFL. Em 2010, haviam sido dois, sendo que um deles, Raimundo Colombo (SC), migrou para o PSD durante o mandato e conquistou a reeleição pela nova sigla.

O PMN também viu o governador eleito em 2010 juntar-se

ao PSD, e não elegeu ninguém agora.

Um total de cinco partidos que não tinham governadores elegeram candidatos em 2014. Em três casos, foi a primeira vez da legenda. O PCdoB, com mais de 90 anos de existência, conquistou um histórico triunfo com Flávio Dino (MA), no primeiro turno.

Dois partidos criados depois das eleições de 2010 chegaram ao poder: o PSD, além de Colombo, elegeu Robinson Faria (RN).

O Pros venceu com o reeleito José Melo (AM), que era vice-governador de Omar Aziz e assumiu o mandato em 2014.

O PDT fez dois governadores: Waldez Góes (AP) e Pedro Taques (MT).

Já o PP é o responsável pela única mulher eleita entre os 27 governadores em 2014: Suely Campos (RR).

Mapa mostra governadores eleitos: <http://bit.ly/mapaGovernadores>

Em discurso após a vitória nas urnas, presidente reeleita retomou a ideia convocar um plebiscito nacional para “fazer as grandes reformas que a sociedade brasileira exige”

Dilma diz que vai insistir na reforma política

REELEITA COM 54,5 milhões de votos — 51,64% dos votos válidos —, a presidente Dilma Rousseff tirou o dia de ontem para descansar no Palácio da Alvorada, sem compromissos oficiais. No domingo, logo após o resultado da eleição, Dilma pregou o diálogo como forma de fazer o país avançar. Acompanhada do ex-presidente Lula e cercada por líderes de partidos que a apoiaram, ela negou que o país esteja dividido, pediu união e defendeu a promoção de reformas, principalmente a política. Segundo Dilma, uma eleição apertada pode significar mudanças mais rápidas do que uma vitória ampla.

— Em lugar de ampliar divergências, tenho esperanças que a energia mobilizadora [da disputa eleitoral] tenha preparado um bom terreno para a construção de pontes. O debate das ideias, o choque de posições podem produzir espaços de consenso capazes de mover o país — afirmou.

A presidente garantiu que vai trabalhar pela implantação das reformas, especialmente a política, que pretende levar adiante por meio de consulta popular.

— Fui reconduzida para fazer as grandes mudanças que a sociedade brasileira exige. Naquilo que o meu



Dilma comemora o resultado do segundo turno com correligionários e presidentes de partidos aliados

esforço e poder alcançam, estou pronta para responder a essa convocação. Sei das limitações de cada presidente e do poder de liderar as causas populares. Quero liderar da forma mais pacífica e democrática esse momento transformador. Estou disposta a abrir canais de diálogo com a sociedade.

A diferença da votação de Dilma para a do concorrente Aécio Neves (PSDB), que obteve 48,36% — ou 51,04 milhões de votos —, foi de cerca de três pontos percentuais, ou mais exatamente

3.459.963 votos. A apertada vitória confirmou a polarização PT x PSDB, que vem se repetindo desde 1994, quando Fernando Henrique Cardoso se elegeu pela primeira vez para chefiar o governo brasileiro.

Dilma afirmou que vai incentivar o combate à corrupção, com o fortalecimento das instituições de controle, e que proporrá mudanças legislativas para acabar com a impunidade.

A presidente prometeu trabalhar pelo ajuste das contas públicas, sem

descuidar dos níveis de emprego. “Pretendo abrir canais de diálogo com a classe produtiva”, anunciou.

Por fim, Dilma se disse mais preparada para o novo mandato.

— Vamos continuar construindo um país melhor, de solidariedade e oportunidades, que valoriza o trabalho e a energia empreendedora, que cuida das pessoas. Um país voltado para a educação, cultura, ciência e inovação. Mais uma vez, Brasil, essa filha tua não fugirá da luta — disse.

Os mais de 22 milhões de votos dados no primeiro turno à ex-senadora Marina Silva (PSB) acabaram divididos entre Aécio, a quem apoiou, e Dilma, mas ajudou igualmente a engrossar o cordão dos brasileiros que rejeitam o quadro político atual: 37,2 milhões de pessoas colocaram-se à margem do processo eleitoral ou protestaram, abstendo-se de votar, votando nulo ou em branco. Os votos nulos mais os brancos somaram 7,1 milhões.

Além de superar a rivalidade com o PSDB — que ganhou contornos ainda mais fortes nas redes sociais —, a presidente terá que lidar com dissidentes de partidos aliados que na campanha optaram por apoiar concorrentes.

“Coração valente”: da luta armada até a reeleição

Dilma Vana Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947, em Belo Horizonte. Iniciou a militância política aos 16 anos e ingressou na luta armada contra a ditadura militar. Foi presa em 1970, na capital paulista, por quase três anos e submetida à tortura. Na campanha deste ano, o marketing político da candidata a apelidou de “Dilma Coração Valente”.

Em 1989, Dilma fez campanha para Leonel Brizola e, no segundo turno, pediu votos para Lula. Nos anos 90, fez doutorado em economia e foi secretária de Energia do Rio Grande do Sul.

Em 2002, na equipe de transição entre os governos de Fernando Henrique (1995–2002) e Lula (2003–2010), ganhou destaque na equipe da área energética e foi convidada a ocupar a pasta de Minas e Energia em 2003. Permaneceu no cargo até 2005, quando substituiu José Dirceu na Casa Civil.

Em 2009, fez tratamento contra um linfoma e, após sessões de radioterapia e quimioterapia, anunciou que estava curada do câncer. Meses depois, sua candidatura à Presidência foi oficializada pelo PT. No segundo turno, tornou-se a primeira presidente mulher do Brasil.

Aécio: prioridade do governo deve ser unir o país

Em Belo Horizonte, logo após a confirmação do resultado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o candidato derrotado à Presidência pelo PSDB, Aécio Neves, disse ter cumprimentado Dilma.

— Desejei sucesso no novo governo e disse que a prioridade deve ser unir o país — afirmou, elogiando a colaboração do candidato a vice, o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP).

Senador por Minas Gerais, Aécio tem ainda quatro anos de mandato na Casa. Ele disse encerrar a campanha



Edilson Rodrigues/Agência Senado

à Presidência da República com sentimento de dever cumprido: “Combati o bom combate, cumpra minha missão e guardei a fé”.

Aécio também agradeceu pelo Facebook: publicou foto com os braços abertos e a mensagem: “Obrigado!”.

No Twitter, a equipe do candidato publicou trechos do discurso: “Muito obrigado. Eu serei eternamente grato aos brasileiros que me receberam tão bem”. Aécio afirmou ainda que fez uma “campanha honrada para unir o Brasil”.

Senadores falam sobre desafios da presidente no 2º mandato

A pedido da Agência Senado, seis senadores analisaram os resultados das eleições presidenciais. Os parlamentares falaram sobre os desafios da

presidente em seu segundo mandato. Randolfe Rodrigues, por exemplo, mencionou tarefas urgentes no campo da economia — entre elas, o con-

trole da inflação. José Sarney, ex-presidente da República, disse que uma das missões mais importantes de Dilma é a reforma política. Até mesmo o

oposicionista Alvaro Dias disse esperar que ela promova as reformas que tanto prometeu:

Wellington Dias pregou a união e disse que Dilma vai ter

que atuar para fazer do Brasil um país livre do que ele chama de “política do ódio”. Walter Pinheiro e José Agripino também analisaram os resultados.

Wellington: Congresso vai exigir negociação

Eleito governador do Piauí, Wellington Dias (PT-PI) acredita que a presidente fará um segundo mandato melhor que o primeiro, cumprindo propostas da campanha: mais segurança e investimento em saúde, ampliação de vagas em ensino médio e técnico e compromisso com novo pacto federativo, que melhore as condições dos municípios. Ele também prevê que o Congresso, mais fragmentado, exigirá mais negociação com o Executivo.



Pélio França/Agência Senado

Oposição deve apoiar reformas, diz Alvaro

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), o escândalo na Petrobras foi “emblemático”, mas não suficiente para a derrota do PT. Ele disse esperar que Dilma promova reformas que prometeu: — Se ela jogar para o Congresso as grandes reformas, como a política, e deixar de lado o balcão de negócios, terá o apoio da oposição.



Moreira Mariz/Agência Senado

Pinheiro enaltece participação da Bahia

Walter Pinheiro (PT-BA) exaltou a votação de Dilma na Bahia, onde ela obteve 70% dos votos válidos, quase 3 milhões a mais que Aécio, a maior vantagem no país. — Os eleitores mostraram que apoiam as conquistas sociais, a manutenção da estabilidade econômica e os avanços na educação e na saúde.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Randolfe: PT deve dar “guinada à esquerda”

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) afirmou ter votado em Dilma e disse que ela e o PT devem retomar agenda de esquerda. — A solução é se afastar das alianças conservadoras e ir para a esquerda. Votei em Dilma porque ela se mostrou mais disposta a isso — disse, ao cobrar redução da inflação e de gastos públicos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Sarney afirma esperar volta do crescimento

José Sarney (PMDB-AP) se disse feliz com o resultado que garantiu a vitória a Dilma na presidência e a Waldez Góes (PDT) no governo do Amapá. — Esperamos que o governo do PT mantenha os programas sociais, faça a reforma política tão aguardada e garanta os avanços capazes de fazer o país retomar o crescimento.

Oposição fica mais forte, vê Agripino

Ao avaliar o desempenho de Aécio nas eleições, o presidente do DEM, José Agripino (RN), destacou o melhor resultado da oposição nos últimos 12 anos.

— O resultado consagra Aécio como líder e a oposição como força política que fala pela metade do país. Com altivez e espírito público, ele conduziu a oposição ao seu melhor resultado em 12 anos — afirmou.

Ele destaca que agora será preciso unir o país, dividido com as eleições.

Servidor público derruba estigmas

Hoje, Dia do Servidor Público, o país tem motivo para comemorar. Os funcionários do Estado estão cada vez mais qualificados e já não se encaixam no velho estereótipo de burocratas despreparados. A parcela de pós-graduados no Executivo federal subiu de 12% para 21% em 10 anos

Ricardo Westin

FAZ TEMPO QUE os brasileiros recorrem ao humor para criticar os funcionários públicos. Num Carnaval do início dos anos 50, os foliões do Rio foram embalados pela marchinha *Maria Candelária*, que falava de uma servidora que só aparecia na hora de bater o ponto e ir embora. Mais recentemente, em meados dos anos 2000, na série *Os Aspones*, da Rede Globo, o trio Marisa Orth, Drica Moraes e Pedro Paulo Rangel arrancou gargalhadas como funcionários de um poeirento arquivo onde simplesmente não havia serviço.

As críticas ficaram datadas. O serviço público no Brasil já não é uma casta de burocratas despreparados, pouco afeitos ao trabalho e repletos de mordomias. Basta verificar a qualificação da nova geração de funcionários públicos. No Poder Executivo federal, a grande maioria, 66,5%, tem diploma universitário. A parcela pós-graduada praticamente dobrou de dez anos para cá, passando de 12% para 21% — metade tem doutorado. No caso dos que não passaram do ensino fundamental, o índice caiu de 17% para 7%. Nos demais Poderes (Legislativo e Judiciário) e esferas (estadual e municipal), a máquina pública também vem se profissionalizando de forma extraordinária. Esses números são motivo suficiente para que hoje, Dia do Servidor Público, o país comemore.

— A qualidade das políticas públicas é diretamente proporcional ao nível profissional dos servidores. São eles que assessoram a classe governante na

elaboração das políticas e também são eles que executam os projetos. O grande beneficiado, no fim das contas, é o cidadão — explica Pedro Cavalcante, um dos diretores da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). O Estado é patrão de cientistas, professores, médicos, arquitetos, advogados e economistas, por exemplo. Há também as chamadas carreiras típicas de Estado. São elas que garantem o funcionamento da Justiça (juizes, procuradores), da segurança pública (policiais, carcereiros, bombeiros), da defesa nacional (militares), da diplomacia (embaixadores) e da máquina arrecadatória (fiscais da Receita Federal), entre outros setores.

“Trabalhar era feio”

No Brasil, o funcionalismo floresceu em 1808, quando a corte portuguesa, fugindo de Napoleão, refugiou-se no Rio, acompanhada do aparato burocrático da metrópole. Os funcionários eram indicados, promovidos e demitidos a bel-prazer dos poderosos. Prevalecia o nepotismo e o apadrinhamento. É nessa época, com a escravidão em plena vigência, que o funcionalismo constrói sua famigerada reputação. No livro *Um Funcionário da Monarquia* (editora Ouro sobre Azul), o ensaísta Antonio Candido explica: “Numa sociedade onde no fundo trabalhar era feio, o funcionário parecia não trabalhar e frequentemente não trabalhava mesmo”.

O primeiro avanço digno de registro ocorreu nos anos 30, quando o presidente Getúlio Vargas criou o Departamento Administrativo do Serviço Pú-



Série *Os Aspones*, da TV Globo, que retrata burocratas acomodados e despreparados: imagem cada vez mais longe da realidade

blico (Dasp), incumbido de levar ordem à caótica máquina estatal. Foi então que se organizaram os primeiros concursos públicos. Eles, no entanto, ficaram longe de ser regra. Em 1945, Getúlio foi derrubado e substituído interinamente por José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Linhares aproveitou os curtos três meses no comando do Brasil para acomodar toda a parentada no Estado. “Não são Linhares. São milhares!”, dizia-se, em tom jocoso.

A reviravolta começaria apenas em 1988, no governo José Sarney. A nova Constituição finalmente tornou os concursos obrigatórios. O pistolão deu lugar ao mérito. O passo seguinte se viu em meados dos anos 90, na gestão Fernando Henrique Cardoso. Os concursos para a administração federal passaram a ser anuais. Até então, à exceção das Forças Armadas e do Itamaraty, os exames eram erráticos. O Ministério da Agricultura chegou a ficar mais de uma década sem fazer provas para fiscal agropecuário. Cada concurso aprovava centenas ou

até milhares de candidatos, que eram convocados a conta-gotas ao longo de anos. No final, acabavam sendo chamadas pessoas que não eram tão boas assim.

Concorrência em alta

Por fim, em meados dos anos 2000, no governo Luiz Inácio Lula da Silva, os salários tiveram aumentos robustos. Em 2000, o pagamento inicial de um auditor da Receita era de R\$ 3.100. Hoje, R\$ 15 mil. Foi o fator que tornou a máquina pública definitivamente atrativa para os profissionais mais brilhantes. Afirma Rafael Silveira e Silva, cientista político e consultor legislativo do Senado: — No passado, o sonho dos filhos dos servidores era trabalhar nas empresas. Hoje, os filhos dos empregados da iniciativa privada sonham com o serviço público. Era algo inimaginável até pouco tempo atrás. Os jovens começam a se preparar para os concursos ainda na universidade.

É nesse contexto que surge a figura do “concurseiro”. Poucos meses atrás, os concursos do STF e da Agência Nacional de Teleco-



Funcionários públicos do século 19: “servidores não trabalhavam mesmo”

municações (Anatel) registraram 1,1 mil candidatos por vaga.

Só o rigor dos concursos não explica um incremento tão fabuloso no currículo dos funcionários. A mudança também resulta de uma nova mentalidade das repartições, que descobriram a importância do treinamento constante. O Brasil já tem mais de 200 “escolas de governo”, que vão da atualização profissional ao doutorado. A escola do Senado é o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), que hoje ministra quatro cursos de especialização, como

Direito Legislativo e Ciência Política. Quando as turmas se formarem, nos próximos meses, o Senado terá mais 150 servidores pós-graduados — 5% do quadro efetivo. Em muitas repartições, aqueles que ao longo da carreira obtêm diplomas são recompensados com gratificações no contracheque. O incentivo financeiro afasta os funcionários da acomodação.

O serviço público é frequentemente associado a privilégios. A começar pela estabilidade. Ao ser admitido, o servidor tem a segurança de que se aposentará no mesmo cargo. Não é uma benesse. A estabilidade impede que as peças da máquina estatal sejam trocadas constantemente, ao sabor dos interesses políticos de uma vez e em prejuízo da continui-

ração das Américas para a pandemia de influenza [gripe suína] e conheci os consultores legislativos americanos. Posso dizer que os consultores do Senado são tão qualificados quanto. Basta ver que os estudos produzidos por eles frequentemente provocam debates no governo, na imprensa, na sociedade. Isso, para mim, é motivo de muito orgulho.

Também há funcionários do Senado atuando nas cúpulas da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O mais novo ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, que tomou posse em agosto, fez carreira como consultor legislativo do Senado.

Em 1961, Jânio criou uniforme para os funcionários federais

O presidente Jânio Quadros ocupou o Palácio do Planalto por rápidos sete meses, em 1961. Ele ficou célebre por ter inexplicavelmente renunciado ao cargo. Apesar do governo curto, baixou uma série de decretos polêmicos. Jânio vetou as corridas de cavalo no meio da semana e colocou as brigas de galo na ilegalidade. As misses foram proibidas de desfilar nos concursos usando maiôs cavados. Nem mesmo as repartições públicas escaparam das canetadas indiscriminadas do presidente.

Em março, Jânio baixou um decreto criando um modelo de uniforme que os funcionários públicos federais passariam a usar, de humildes motoristas de repartição a graduados professores universitários. O uniforme era um blusão com quatro bolsos e cinto. O modelo dos homens incluía calça; o das mulheres, saia. Esse tipo de blusão era conhecido como *slack* e se assemelhava a uma roupa de safári. Era um corte que o próprio presidente gostava de trajar. O decreto estabeleceu, no entanto, que o uso seria facultativo.

O jornal *Última Hora*, do Rio, anunciou a novidade prevendo que a aceitação entre as mulheres seria total: “Acredita-se que haja mesmo uma competição entre as entusiastas no sentido de quem será a primeira a comparecer uniformizada à sua repartição, fato que poderá transformar-se em concurso. Com três *slacks*, a funcionária poderá passar um ano inteiro bem-vestida”.

Para não haver erro, o *Diário Oficial*

publicou as medidas exatas e as cores das peças. Elas poderiam ser compradas prontas em lojas ou encomendadas a costureiras.

O entusiasmo inicial, porém, logo passou. O uniforme passou a ser pejorativamente chamado de “pijânio” — mistura de “pijama” e “Jânio”. Chegou a virar tema de debate na tribuna do Senado. Numa sessão daquele mês de março, o senador Lima Teixeira (PTB-BA) pediu a palavra para criticar o presidente:

— Esqueça-se o presidente da indumentária dos servidores públicos e de outras pequenas coisas e volte suas vis-

tas para os grandes problemas do Brasil.

O senador Venâncio Igrejas (UDN-GB) partiu para a defesa de Jânio. Ele disse que o decreto havia sido baixado porque os próprios funcionários públicos desejavam imitar a moda do presidente e citou as altas temperaturas do Rio de Janeiro, onde ainda vivia boa parte do funcionalismo federal — Brasília havia sido inaugurada apenas no ano anterior:

— O calor impõe que o funcionário afrouxe a gravata e abra o colarinho ou que trabalhe em manga de camisa. Há, portanto, a quebra da dignidade no traje. O *slack*, longe de quebrar essa dignida-

de, dará ao servidor condições para que trabalhe de maneira confortável e com um traje que nossos costumes admitem.

Os argumentos de Venâncio Igrejas continuaram:

— O *slack* democratiza o servidor público. Evita que nas repartições uns possam demonstrar a sua elegância de rico, enquanto outros tenham de se apresentar modestamente vestidos. O *slack* propiciará ao servidor um traje pelo qual ele não possa parecer pobre nem levar a ostentação da riqueza. Excluída a obrigatoriedade do *slack*, o presidente demonstra o lado democrático.

Naqueles anos, o grau de profissionalização do funcionalismo público era baixíssimo. Os servidores eram conhecidos nas ruas como “barnabês”, apelido que trazia subentendidas características como incompetência, acomodação e descompromisso. Em 1961, 85% dos servidores federais haviam sido escolhidos sem concurso público. Luiz Renato Vieira, consultor legislativo do Senado, explica:

— A hipótese mais plausível é que, com a criação do uniforme, Jânio Quadros pretendia mostrar à sociedade um serviço público organizado, moderno e eficiente. Mas era apenas uma maquiagem. Para de fato acabar com os “barnabês”, o presidente deveria ter investido na capacitação dos servidores e nos concursos públicos.

A moda do uniforme, no fim das contas, não pegou. Com a renúncia de Jânio, o decreto caiu de vez no esquecimento.



Em anúncio do jornal *Última Hora* publicado em 1961, loja de roupas mostra como era o “pijânio”

Currículo leva nomes do Senado para a cúpula do governo

No Senado, o novo perfil do funcionalismo salta aos olhos. Dado o elevado nível de especialização do quadro funcional, a instituição frequentemente empresta profissionais ao governo para que ocupem postos de alto escalão.

Um dos exemplos mais ilustrativos é o consultor legislativo Jarbas Barbosa, aprovado no concurso de 2002. Ele está na cúpula do Ministério da Saúde. É, desde 2011, o secretário nacional de Vigilância em Saúde.

Duas semanas atrás, ele concedeu uma concorrida entrevista coletiva em Brasília. A dezenas de jornalistas, enumerou as medidas que o governo está tomando para impedir que o ebola, doença mortal que tem apa-

vorado o mundo, chegue ao Brasil. Barbosa também é o responsável pelas ações de combate à aids, à dengue, ao tabagismo e à obesidade, por exemplo.

A decisão do governo de convidá-lo foi puramente técnica. Médico sanitário com doutorado, Barbosa já havia ocupado cargos de direção no ministério, sido secretário municipal e estadual de Saúde e até dirigido um dos departamentos da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas),



Barbosa dá entrevista: consultor do Senado está no Ministério da Saúde

em Washington. Ele não tem filiação partidária.

— Quando vivi nos Estados Unidos, tive de ir várias vezes ao Congresso americano para falar sobre a prepa-

ração das Américas para a pandemia de influenza [gripe suína] e conheci os consultores legislativos americanos. Posso dizer que os consultores do Senado são tão qualificados quanto. Basta ver que os estudos produzidos por eles frequentemente provocam debates no governo, na imprensa, na sociedade. Isso, para mim, é motivo de muito orgulho.

Também há funcionários do Senado atuando nas cúpulas da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O mais novo ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, que tomou posse em agosto, fez carreira como consultor legislativo do Senado.

Direito Legislativo e Ciência Política. Quando as turmas se formarem, nos próximos meses, o Senado terá mais 150 servidores pós-graduados — 5% do quadro efetivo. Em muitas repartições, aqueles que ao longo da carreira obtêm diplomas são recompensados com gratificações no contracheque. O incentivo financeiro afasta os funcionários da acomodação.

O serviço público é frequentemente associado a privilégios. A começar pela estabilidade. Ao ser admitido, o servidor tem a segurança de que se aposentará no mesmo cargo. Não é uma benesse. A estabilidade impede que as peças da máquina estatal sejam trocadas constantemente, ao sabor dos interesses políticos de uma vez e em prejuízo da continui-

ração das Américas para a pandemia de influenza [gripe suína] e conheci os consultores legislativos americanos. Posso dizer que os consultores do Senado são tão qualificados quanto. Basta ver que os estudos produzidos por eles frequentemente provocam debates no governo, na imprensa, na sociedade. Isso, para mim, é motivo de muito orgulho.

Também há funcionários do Senado atuando nas cúpulas da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O mais novo ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, que tomou posse em agosto, fez carreira como consultor legislativo do Senado.

de das políticas públicas. De qualquer forma, o funcionário não é mais intocável. Desde 2009, investigações da Controladoria-Geral da União resultaram na expulsão de 2.950 concursados do Executivo federal por causa de atos criminosos, como corrupção — 1,4 demissão por dia.

Mudanças necessárias

Um benefício recentemente derrubado foi a aposentadoria integral — um peso insustentável para os cofres públicos —, que agora só vale para os servidores antigos. Os admitidos a partir do ano passado, caso queiram aposentar-se recebendo o mesmo valor do último salário, precisam contribuir com um fundo de previdência complementar. É a mesma regra do setor privado.

Assim, por mais alto que seja o salário do servidor, a aposentadoria paga pelos cofres públicos nunca ultrapassará o teto do INSS, hoje em R\$ 4.390. O valor será complementado pelo fundo. Estados já adotam esse modelo.

Além disso, os servidores não estão mais livres da fiscalização da sociedade. Em resposta à Lei de Acesso à Informação, de 2011, órgãos públicos pelo Brasil afora passaram a publicar na internet os salários de cada funcionário. Tudo isso é positivo, na avaliação de Regina Silvia Pacheco, coordenadora do mestrado em Gestão e Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas:

— As proteções criam uma distância grande entre o setor público e o privado. Quanto maiores são os privilégios, mais

negativa é a imagem que a sociedade tem dos servidores. Apesar de parecerem uma perda para eles, as reformas são um ganho. Permitem ao serviço público ganhar respeito e prestígio.

Regina, entretanto, avalia que as medidas tomadas até aqui foram tímidas. De acordo com ela, demitir só por causa de ilegalidade é pouco. O funcionário público também deveria ser dispensado na hipótese de não desempenhar suas funções a contento. O estágio probatório (período de três anos em que o servidor não goza de estabilidade), diz a professora, não passa de “um instrumento meramente formal” porque faltam avaliações sérias do desempenho do funcionário recém-admitido. Regina vê problemas nos concursos.

Segundo ela, em vez de só “um teste no domingo à tarde”, os selecionadores também deveriam adotar análise de currículo, entrevista e dinâmica de grupo. Isso permitiria encontrar os perfis exatos para cada vaga aberta.

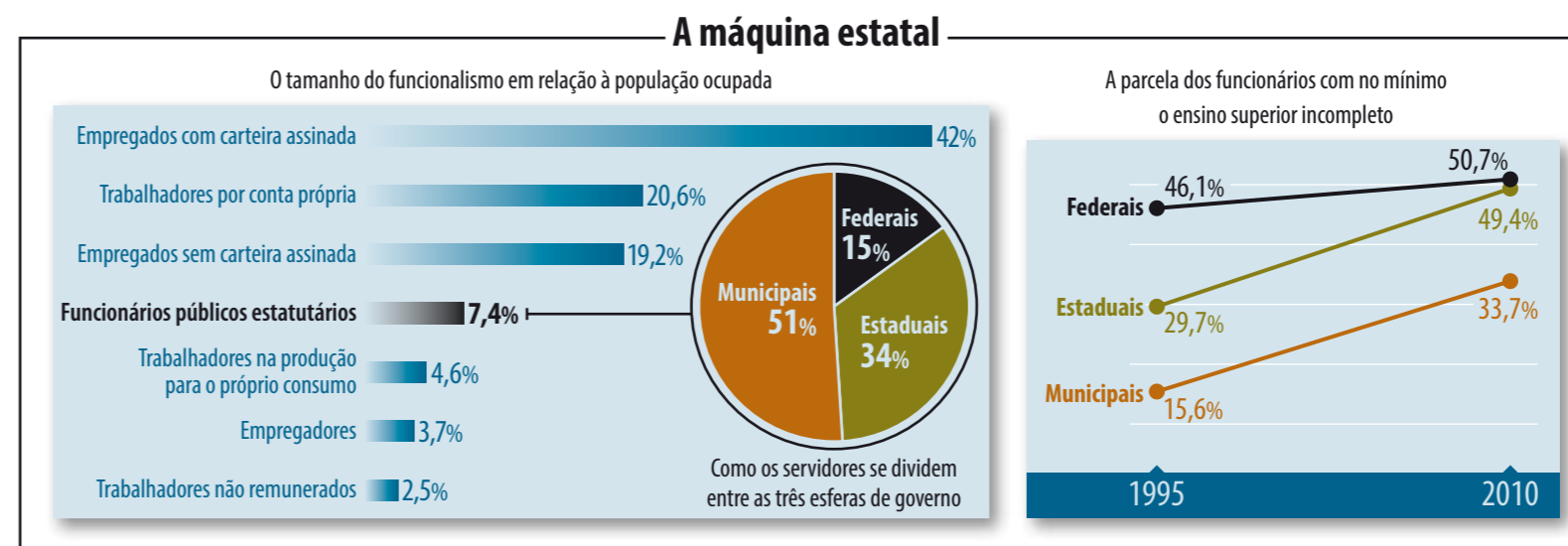
O economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, ministro da Administração Federal no governo FHC, diz que a imagem do palete pendurado na cadeira vazia — o estereótipo clássico das repartições — é cada vez mais rara. Ele, no entanto, crê que, por mais reformas que se façam, o funcionalismo nunca deixará de ser alvo de artilharia pesada:

— Embora haja maus exemplos, é inegável que no geral temos políticos e servidores de altíssimo nível. Como trabalham num Estado democrático, eles acima de tudo têm compromisso com a defesa dos pobres. Isso contraria os interesses da classe capitalista e conservadora, que tenta limitar o poder dos agentes estatais a todo custo. Ela sempre buscará desmoralizar os políticos e os servidores.

Saiba mais

Assista a reportagem da Agência Senado sobre o novo servidor <http://bit.ly/CidadaniaServidor>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania





Divulgação

Texto destaca que criança deve ter convivência equilibrada com o pai e com a mãe mesmo depois de separação

Proposta revisa guarda compartilhada de filhos

Projeto, que está na ordem do dia de hoje, muda Código Civil para estabelecer que, se não houver consenso sobre a guarda de filho, a divisão das responsabilidades entre os pais passa a ser regra

NOVAS REGRAS SOBRE a guarda compartilhada de filhos de casais separados podem ser votadas hoje pelo Plenário.

No Senado, o projeto (PLC 117/2013) recebeu substitutivo de Ângela Portela (PT-RR) na Comissão de Direitos Humanos (CDH). No entanto, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou, em setembro, parecer de Valdir Raupp (PMDB-RO) restabe-

lecendo o texto original.

Pela proposta, caso pais separados não cheguem a acordo sobre a guarda do filho, a opção de compartilhamento da responsabilidade será obrigatória. A regra só não será adotada quando o pai ou a mãe declarar ao juiz que não deseja a guarda compartilhada do filho.

O texto altera artigos do Código Civil e especifica a necessidade de divisão equili-

brada do tempo de convivência dos filhos com a mãe e o pai, o que possibilita a supervisão compartilhada dos interesses da criança ou do adolescente. Fixa ainda multa para o estabelecimento, como escola, que se negar a dar informações a qualquer um dos genitores sobre o filho.

Se aprovado sem mudanças, o projeto poderá ser enviado direto à sanção presidencial.

Comissão analisa incentivos fiscais para o reúso de água

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) pode votar hoje projeto que concede redução de 75% do Imposto de Renda e isenção da contribuição de PIS-Pasep e Cofins para empresa que produzir ou distribuir água de reúso.

A medida incentiva a reutilização de água não potável, para evitar que água tratada seja usada para irrigação de jardins, lavagem de áreas públicas, desobstrução de tubulações e combate a incêndios.

Para esses casos, poderá ser feita a reutilização de água proveniente de esgoto e de demais efluentes líquidos

domésticos e industriais, desde que dentro de padrões definidos para as modalidades de uso pretendidas.

O projeto (PLS 12/2014), de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), é voltado a empresas que fazem a adequação a esses padrões e a distribuição da água reaproveitada, como forma de reduzir o custo do líquido e ampliar a utilização nas cidades brasileiras.

Depois de analisada pela CMA, a proposta vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão terminativa.

A pauta da CMA, formada por 26 itens, inclui projeto de Aloysio Nunes Ferreira

(PSDB-SP) que torna obrigatória a inclusão da licença ambiental de instalação entre os documentos que devem constar de edital para licitação de obra pública (PLS 401/2013).

A lei em vigor obriga que, ao lançar um edital para licitação de obras públicas, o governo inclua nos anexos o projeto básico aprovado e as licenças ambientais prévias, entre outros documentos. Já a licença de instalação é exigida da empresa vencedora da licitação, como condição para o início das obras do projeto.

Para o senador, a facilidade de concessão de licenças prévias e a deficiência dos

Plano de trabalho da MP da Aviação Regional será avaliado

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 652/2014 reúne-se hoje para a apreciação do plano de trabalho do grupo. Será a segunda reunião do colegiado, que, no dia 8, elegeu o deputado Assis Carvalho (PT-PI) como presidente e a senadora Ana Amélia (PP-RS) como vice-presidente.

A MP 652/2014 cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (Pdar) para subsidiar operações de empresas aéreas em aeroportos com até 1 milhão

principalmente a região amazônica, onde o transporte depende de aviões.

Conforme a medida provisória, a subvenção se dará diretamente sobre as passagens aéreas, em voos com origem ou destino em aeroportos regionais. O subsídio deve ser limitado a 60 assentos por voo ou 50% dos assentos ofertados.



Marcos Oliveira/Agência Senado

A parlamentar afirmou que a comissão promoverá audiências públicas com o objetivo de aperfeiçoar o texto. Além do barateamento das passagens, Ana Amélia re-

de passageiros por ano. Pelo texto, a subvenção atuará diretamente sobre as passagens aéreas em voos com origem ou destino em aeroportos regionais. O objetivo é aumentar o acesso da população ao transporte aéreo e o número de municípios e rotas atendidos.

A intenção, de acordo com o ministro-chefe da Secretaria da Aviação Civil (SAC), Moreira Franco, é favorecer ainda mais a Região Norte,

conheceu a importância de melhorar a estrutura dos aeroportos a fim de desenvolver a aviação regional.

— É preciso ter a garantia de que o usuário tenha não só um preço menor, mas também a segurança necessária para usar o serviço — ressaltou.

Editada no fim de julho pelo governo federal, a MP 652/2014 teve a vigência estendida até o dia 24 de novembro.



Divulgação/Prefeitura de Bebedouro

Empresa que produzir ou distribuir água de reúso terá imposto reduzido, diz texto

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burtle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

CPI cancela vinda de Youssef e vai ouvir Cosenza amanhã

Doleiro, que na semana passada havia pedido para ser dispensado de depor, passou mal na prisão e foi hospitalizado. Depoimento do atual diretor de Abastecimento da Petrobras está confirmado

A CPI MISTA da Petrobras confirmou ontem o cancelamento do depoimento do doleiro Alberto Youssef, que estava marcado para amanhã. No fim de semana, Youssef passou mal na carceragem da Polícia Federal em Curitiba e foi levado para um hospital, onde seguia internado até ontem. Na semana passada, ele já havia pedido para ser dispensado do depoimento, avisando, por meio de seu advogado, que pretendia ficar calado.

O cancelamento da audiência de Youssef foi informado ontem pelo presidente da CPI mista, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), à 13ª Vara Federal de Curitiba.

Com o cancelamento, a comissão confirmou para amanhã o depoimento de José Carlos Cosenza, atual diretor de Abastecimento da Petrobras. Ele deveria ter falado aos parlamentares na semana passada, mas alegou



Vital (entre Gim e o relator, deputado Marco Maia) em reunião semana passada

problemas médicos para se declarar impossibilitado de comparecer.

Cosenza assumiu a diretoria após o afastamento de Paulo Roberto Costa. De acordo com requerimento apresentado pelo deputado Rubens Bueno (PPS-PR), o atual diretor e Costa despachavam sobre os assuntos discutidos na cúpula da estatal, mesmo após a demissão deste.

Costa e o doleiro Youssef foram presos pela Polícia Federal na Operação Lava-Jato, que investiga um esquema

de corrupção na Petrobras que envolveria empreiteiras e políticos. Os dois fizeram acordo de delação premiada.

Em entrevista à Rádio Senado na semana passada, Vital afirmou que pode ser mais prudente ouvir o doleiro depois de o processo de delação estar encerrado e que, enquanto isso, a CPI trabalharia com a documentação já recebida.

— Temos material suficiente e milhares de documentos com sigilos fiscal, bancário e telefônico já disponibilizados para o cruzamento de dados — disse.

Crimes em manifestações na pauta de hoje

Proposta que altera o Código Penal para reprimir crimes praticados em manifestações públicas pode ser votada hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pelo projeto (PLS 508/2013), do senador licenciado Armando Monteiro (PTB-PE), o uso de máscara, capacete ou outro artefato que dificulte a identificação do manifestante deverá agravar a punição de um eventual delito.

O relator, Pedro Taques (PDT-MT), elaborou um substitutivo em que aumenta as penas para crimes associados a atos de vandalismo já tipificados pelo Código Penal.

O senador considera homicídio qualificado, punido com reclusão de 12 a 30 anos, se o crime contra a vida ocorrer em protestos de rua. A pena de lesão corporal também poderá ser aumentada em 50% se praticada em concentrações. O dano ao patrimônio público ou privado deverá sofrer reclusão de 2 a 5 anos, mais multa.

Contrário ao projeto, Raulo Rodrigues (PSOL-AP) avalia que a proposta é inconstitucional por violar os direitos de liberdade de expressão, manifestação de pensamento e livre associação.

Entendimento similar tem o Conselho Federal da OAB. A entidade defende a rejeição do projeto por enxergar a busca de repressão a direitos



Projeto agrava eventual punição de quem estiver usando máscara em protestos

e liberdades fundamentais e a desproporcionalidade no aumento de penas por crimes praticados em atos públicos.

Acir Gurgacz (PDT-RO) apresentou emenda ao substitutivo para que sejam punidos como crime de vandalismo o incêndio e a depredação de ônibus em manifestações de rua. A pena sugerida é de reclusão de 8 a 12 anos.

Medicamentos

Outro item que pode ser analisado pela CCJ é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 115/2011, que proíbe a cobrança de impostos sobre medicamentos de uso humano. A iniciativa é de Paulo Bauer (PSDB-SC).

A PEC foi aprovada pela CCJ em 2012 e aguardava votação pelo Plenário do Senado quando, em meados de 2013, foi solicitado o reexame pela comissão. O motivo foi a entrada em vigor da Lei Complementar 143/2013, que

alterou a divisão dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Originalmente, Bauer pretendia instituir imunidade de impostos federais, estaduais e municipais. Com a mudança no cenário tributário, resolveu alterar a PEC 115/2011, revendo o alcance da isenção.

Ele sugeriu, então, que as contribuições e os impostos federais — exceto o de Importação — e as taxas cobradas por União, estados, Distrito Federal e municípios em razão do poder de polícia deixem de incidir sobre os medicamentos de uso humano. Entretanto, para aliviar o impacto da medida sobre os cofres públicos, o senador propôs a adoção gradual da imunidade tributária. Assim, a incidência das contribuições federais e taxas deverá ser reduzida aos poucos, à razão de 20% ao ano, até ser extinta no quinto ano após a promulgação da emenda constitucional.

Denúncia falsa contra candidato pode virar novo tipo penal

Projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) prevê prisão de até oito anos para quem acusar injustamente um candidato a cargo político com o objetivo de prejudicar a candidatura (PLC 43/2014). A proposta altera o Código Eleitoral para criar o tipo penal de “denúncia caluniosa com finalidade eleitoral”.

Atualmente, a legislação pune a prática com detenção de seis meses a dois anos, o que permite a aplicação de penas alternativas e, eventualmente, *sursis* (suspensão condicional da pena).

A pena prevista, de dois a oito anos e multa, será aumentada em um sexto se o autor do crime usa nome falso ou faz denúncia anônima. Se a acusação for de contravenção, e não de crime, a pena é reduzida pela metade.

A denúncia caluniosa pode ser caracterizada com acusação que leve a investigação criminal, processo judicial, investigação administrativa, inquérito civil ou improbidade administrativa. Também fica sujeito à punição aquele que, ciente da inocência do denunciado, publica ou divulga a calúnia por qualquer forma ou meio.

O deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), autor do projeto, ressalta que é comum a ocorrência de “atos irresponsáveis” com finalidade eleitoral para violar ou manipular a vontade popular e impedir a diplomação de pessoas legitimamente eleitas. “Qualificando-se o crime e aumentando-se a pena mínima, tais práticas serão desestimuladas”, argumenta.

A proposta aguarda designação de relator na CCJ.

Comissão analisa contribuição previdenciária de fundações

As fundações poderão recolher a contribuição previdenciária patronal com base na receita bruta, e não na folha de pagamento. Projeto com esse objetivo (PLS 453/2013) está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A autora da proposição, Ana Amélia (PP-RS), lembra que a Lei 12.844/2013 deixou as fundações de fora desse regime temporário de contribuições. A exclusão, conforme a parlamentar, não se justifica e deve ser revista pelo Congresso Nacional.

Ana Amélia argumenta que as fundações, apesar de não terem finalidade econômica em sentido estrito, também têm encargos trabalhistas e precisam de toda a ajuda possível, justamente pelos fins nobres (religiosos, morais, culturais ou de assistência).

— Além disso, ao contrário das empresas, que obviamente visam ao lucro, as fundações

não têm a quem repassar os encargos — acrescenta.

Para a senadora, não é incomum que as fundações se encontrem em situação de competição com empresas. Para exemplificar, ela citou o caso das radiodifusoras pertencentes a fundações, que têm, entre as fontes de renda, a publicidade.

— Certamente terão maiores dificuldades para firmar novos contratos, tendo em vista a perda de competitividade em relação às demais radiodifusoras que possuem finalidade econômica e estão incluídas no regime da desoneração da folha de pagamentos — destaca a senadora.

O relator, José Agripino (DEM-RN), apresentou voto favorável à proposição, que, por alterar lei complementar, deverá ser votada também pelo Plenário do Senado. A reunião da CAE será às 10h no plenário 19 da Ala Alexandre Costa.



Senador Agripino (C) relata texto sobre recolhimento do INSS das fundações

Projeto da LDO pode ser votado hoje na Comissão Mista de Orçamento

Colegiado quer aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento 2015 antes de 1º de janeiro, início do mandato de presidente da República. Objetivo é garantir um valor mais alto para o salário mínimo e recursos para programas sociais, para saúde e para educação

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) pode votar hoje o relatório preliminar do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015. A reunião está marcada para as 14h30.

O relator do projeto (PLN 3/2014), senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), deu parecer pela aprovação com acolhimento de parte das emendas apresentadas.

Na semana passada, o senador Romero Jucá (PMDB-RR), relator-geral do Orçamento 2015, disse que o colegiado pretende aprovar tanto a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) quanto o próprio Orçamento antes de 1º de janeiro, início do próximo mandato de presidente da República.

— É muito importante que a gente possa encerrar o ano aprovando o Orçamento, garantindo um valor mais alto para o salário mínimo, garantindo recursos para os



Para o relator-geral do Orçamento, senador Jucá, é importante garantir o reajuste do mínimo e mais recursos à área social

programas sociais e garantindo mais recursos para o trabalho da saúde e da educação — afirmou.

A CMO deve analisar também a Medida Provisória (MP) 655/2014, que abre crédito extraordinário no valor de R\$

5,4 bilhões em favor do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), ligado ao Ministério da Educação. Outros seis projetos destinam créditos especiais ou suplementares para a Justiça Eleitoral, ministérios e diversos órgãos do Executivo.

Há ainda um requerimento do deputado Nilson Leitão (PSDB-MT) pedindo que a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, esclareça decreto que autoriza a contratação direta, sem licitação, da Geap — Autogestão em Saúde.

Crédito libera verba para contrato sobre caças

O Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 25/2014, que abre crédito especial de R\$ 10,3 milhões no Orçamento de 2014 em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, é uma das matérias que aguarda votação na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

A maior parte desse total, R\$ 10 milhões, será usada para a Aeronáutica assinar o contrato de compra de 36 caças suecos de múltiplo emprego. O governo brasileiro optou por comprar os caças supersônicos Gripen NG da empresa sueca Saab. O contrato do chamado Projeto FX-2, que consiste no

reequipamento e na modernização da frota de caças da Força Aérea Brasileira (FAB), deve ser fechado até o fim do ano.

Segundo o governo, o acordo também envolve aquisição de “simuladores de voo, logística

inicial relacionada, armamentos necessários à operação da aeronave”, além de “transferência de tecnologia necessária para a autonomia na operação e na manutenção da frota durante seu ciclo de

vida, capacitação do parque industrial aeroespacial brasileiro e domínio de tecnologias para produção de caça de quinta geração”.

Os R\$ 350 mil destinados ao Ministério da Justiça servirão para o pagamento de contribuição devida à Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa. O evento visa promover o desenvolvimento das relações de cooperação entre os países-membros, por meio da reflexão conjunta sobre temas de interesse comum aos diversos sistemas jurídicos e judiciários.



Pelo contrato, a FAB vai comprar 36 caças Gripen NG da empresa sueca Saab

PEC formaliza escolha do procurador-geral

A escolha do procurador-geral da República pode ganhar novas regras constitucionais. A PEC 47/2013, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), modifica o processo de indicação do procurador-geral pelo presidente da República.

De acordo com o texto, o nome a ser escolhido deve partir de uma lista tríplice elaborada por membros de todos os ramos do Ministério Público da União (MPU).

A prática da lista tríplice já existe, mas não é formalizada pela Constituição. O texto constitucional só diz que o procurador-geral deve ser

um servidor do MPU e que a indicação pelo presidente é livre. Tradicionalmente, porém, a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) faz uma votação entre os membros e encaminha três nomes à Presidência. Desde 2003 os chefes do Executivo têm escolhido o mais votado entre os três.

O processo de indicação se completa com o Senado, que deve sabatar o selecionado e decidir, por maioria absoluta de votos, se aprova a escolha do presidente.

Na justificativa que faz para a apresentação da proposta,

Cássio elogia o processo pelo qual se dá a nomeação do procurador-geral.

“O grande mérito desse modelo é a harmonização da atuação dos Poderes Executivo e Legislativo. Trata-se de exemplo de expressa manifestação da teoria dos freios e contrapesos”, opina o senador.

A inclusão de todos os ramos do MPU na elaboração da lista tríplice é outra inovação do projeto. As listas atuais são feitas pela Associação Nacional dos Procuradores da República, que reúne apenas procuradores do Ministério Público

Federal — apenas uma de quatro vertentes do MPU. Membros dos Ministérios Públicos do Trabalho, Militar e do Distrito Federal e Territórios não participam da escolha.

Pelo texto da PEC 47/2013, o nome do procurador-geral só poderá sair da carreira do Ministério Público Federal. Esse já é um entendimento do meio jurídico, segundo Cássio, e também estaria sendo apenas formalizado.

A PEC 47/2013 está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e foi encaminhada ao senador Gim (PTB-DF) para relatoria.

Senado tem a pauta trancada por duas medidas provisórias

Não há definição sobre o que será votado no Plenário do Senado a partir desta semana porque a pauta está trancada por duas medidas provisórias: a MP 650/2014, que fez alterações nas carreiras da Polícia Federal e deu aumentos de salário, e a MP 651/2014, que reabriu prazo para empresas aderirem ao programa de renegociação de dívidas de tributos federais, o Refis da Crise.

A MP 650 precisa ser votada hoje para não perder os efeitos. Policiais em início de carreira, que ganhavam R\$ 7.514,33, passaram a receber R\$ 8.416,05 em junho e chegarão a R\$ 8.702,20 em janeiro. Os da classe especial, que ganhavam R\$ 11.879,08, estão recebendo R\$ 13.304,57 e passarão a receber R\$ 13.756,93 em 2015.

A principal mudança na carreira é tornar os três cargos de nível superior. Atualmente, eles são considerados servidores de nível médio, apesar de os concursos exigirem nível superior desde 1996.

Na Câmara, emendas que contemplariam reivindicações de delegados acabaram sendo rejeitadas. O governo, porém, editou a MP 657/2014 para atender essas demandas, o que levou à greve de agentes, escrivães e papiloscopistas. Entre as mudanças, está a restrição do cargo de diretor-geral da Polícia Federal a delegados.

Refis da Crise

Com a prorrogação definida pela MP 651 para o Refis da Crise, o prazo se encerra 15 dias após a publicação da lei decorrente da MP. O texto tem que ser votado pelo Senado até 6 de novembro para não perder a validade.

A MP, alterada pela Câmara (PLV 15/2014), também ampliou incentivos tributários; alterou a tributação do mercado de ações; e, a pedido de prefeitos, ampliou até 2018 o prazo para as cidades acabarem com os lixões.

Uma das mudanças é a manutenção e a ampliação de dois sistemas criados pelo Plano Brasil Maior que tinham prazo para acabar: a desoneração da folha e o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). Esses sistemas passarão a funcionar sem prazo final. Além disso, o texto contém incentivos para vários setores, como a prorrogação de regimes especiais e a criação de benefícios para produtores de pneus, de gás natural e outros produtos.